

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.760 - SP (2018/0303885-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA (EM CAUSA PRÓPRIA)**  
- SP101471  
**AGRAVADO : CLEALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A**  
**ADVOGADOS : JULIANA GUELFY FIGUEIREDO - SP226589**  
ADEMAR FERREIRA MOTA - SP208965  
MICHAEL HIDEO ATAKIAMA SILVA - SP281014  
MARIANA APARECIDA MUNHAES BIGOTO - SP343823  
JADE LAIS DE SOUSA - SP397073

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 404 do Código Civil; 1º e 2º da Lei n. 6.899/1981; 489, § 1º, e 1.022, I e III, do Código de Processo Civil. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 395):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de Cobrança de Honorários Advocatícios. Fase de cumprimento de sentença. Exequente que impugna o cálculo apresentado pelo Contador Judicial. Indeferimento. INCONFORMISMO do exequente deduzido no Recurso. ACOLHIMENTO. Cálculo elaborado com base nos valores discutidos em Mandados de Segurança impetrados no âmbito da prestação de serviços advocatícios pelo Advogado exequente à Empresa executada. Ausência de referência no título executivo a esses valores como base para a remuneração, com indicação dos valores envolvidos nos autos de infração. Caso que comporta a correção do cálculo, para atendimento do comando judicial. Decisão reformada. RECURSO PROVIDO.

Sustenta o agravante, em síntese, que a expressão utilizada no acórdão recorrido referente à "correção do cálculo" é dúbia, uma vez que tal expressão poderia se referir à "correção monetária da base de cálculo, ou mero conserto em geral (...)" (fl. 426).

Afirma que "deixar-se de corrigir os valores dos autos de infração, que lançados em 2000, para o ano de 2018, tem forte correção monetária, é o mesmo que se aviltarem os honorários fixados, e se fraudar a intenção das partes, premiando e

permitindo o enriquecimento sem causa da Recorrida" (fl. 427)

Assim posta a questão, passo a decidir.

Com efeito, verifico que procede a alegação de violação do art. 1.022 do CPC/2015 quanto à falta de pronunciamento no tocante à questão da correção monetária, amparada nos arts. 404 do Código Civil; 1º e 2º da Lei n. 6.899/1981.

Observe que a parte agravante buscou esclarecimento no acórdão recorrido quanto à mencionada questão nos embargos de declaração opostos às fls. 403/404.

O Tribunal de origem, todavia, instado a se pronunciar, não enfrentou, de forma específica, a controvérsia, o que configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, e determinar que outro seja proferido, a fim de que seja sanada a omissão e esclarecida a obscuridade, nos termos acima.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora